

P O R T A R I A Nº 1.254/2009

CELSO BENEDITO DA SILVA, Prefeito Municipal de Bandeirantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, artigo 67, VI, resolve pelo presente instrumento

CONSIDERANDO, O teor do Ofício nº. 022/2009 PJ, encaminhado pelo Ministério Público do Estado do Paraná por intermédio da Promotora de Justiça Dra. Kele Cristiani Diogo Bahena.

CONSIDERANDO, a solicitação transcrita neste, de atenção especial ao “Livro Ponto” no que tange ao controle de faltas dos conselheiros municipais do Conselho Tutelar de Bandeirantes.

CONSIDERANDO, a necessidade de regulamentar a utilização de veículos através da implantação de diário de bordo, bem como a utilização de telefones e MSN.

R E S O L V E

Art. 1º. Os conselheiros municipais do Conselho Tutelar de Bandeirantes deverão ter sua jornada de trabalho controlada por intermédio de Livro Ponto, Cartão Ponto ou qualquer outro meio que comprove sua jornada de trabalho, especificando-se neste, os horários de entrada e saída, os intervalos intra jornada, e todas as diligências realizadas em horários extra expediente.

Art. 2º. O Conselho Tutelar de Bandeirantes devesa manter diário de bordo do veículo por ele utilizado com controle de quilometragem percorrida e abastecimentos.

Parágrafo único: No diário de bordo especificado no caput deste artigo deverá ser transcrito os pontos de partida e chegada, com a motivação que originou o deslocamento.

Art. 3º. Devesa o Conselho Tutelar de Bandeirantes manter e divulgar o número de um aparelho de telefone celular que será utilizado pelo conselheiro que estiver de plantão visando o atendimento a solicitações de urgência oriundas ao objeto de existência deste órgão, ou seja, atendimento das crianças e adolescentes portadores de qualquer carência econômica, sócio-política.

§1º. Este aparelho de celular deverá ser utilizado com a finalidade única e exclusiva de atendimento as solicitações a que aduzem o caput deste artigo.

§2º. A qualquer tempo, mediante solicitação de qualquer pessoa interessada, deverá ser disponibilizado demonstrativo da conta telefônica mensal do aparelho celular discriminado no caput.

Art. 4º. Fica disponibilizado acesso à internet aos computadores do Conselho Tutelar deste Município, viabilizando-se assim, o uso de Messenger e qualquer outro meio de comunicação eletrônico, sendo vedado o seu uso para interesse particulares.

Parágrafo Único: O e-mail de acesso ao Messenger ou qualquer outro meio de comunicação descrito no caput deverá ser amplamente divulgado a população de Bandeirantes. E, ser utilizado com o fim único e exclusivo de melhor atendimento a esta população.

Art. 5º. Fica determinado que, se por ventura, houverem cursos pertinentes de aperfeiçoamento dos Conselheiros Tutelares eleitos em outras cidades, estes deverão previamente solicitar autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, apresentando prévio orçamento do montante total a ser despendido com o curso até 20 (vinte) dias antes da sua realização.

§1º. Em até 10 (dez) dias após a entrega do orçamento de que trata o caput deste artigo será analisada a possibilidade de custeio ou não deste curso, ou, se há a possibilidade de oferta de ajuda de custo aos mesmos.

§2º. Após o término do curso, deverão ser apresentadas pelos Conselheiros todas as notas fiscais comprovando os gastos efetivados pelos mesmos, sob pena de qualquer montante despendido e não comprovado ser retornado aos cofres públicos pelos próprios Conselheiros.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 09 de março de 2009.

Celso Benedito da Silva

Prefeito Municipal